

Severo Participações S.A.

CNPJ 28.627.266/0001-88

NIRE 43300061019

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

A Diretoria da Severo Participações S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetidas à apreciação de V. Sás, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, da Severo Participações e controlada ("Companhia" ou "Sabemi"), relativos ao exercício de 2022. Cenário econômico

O ano de 2022 foi marcado por um ambiente de negócios desafiador, principalmente pela polarização política em ano de eleições presidenciais no Brasil e as incertezas que acompanham este contexto. Felizmente, este ambiente conturbado trouxe poucos impactos na economia e serviu para demonstrar o grau de amadurecimento de nossas instituições, entre elas a independência técnica do Banco Central.

No entanto, a pressão inflacionária mundial e a elevação das taxas de juros dos bancos centrais em todo mundo fizeram com que a taxa de juros Selic encerrasse o ano de 2022 num patamar elevado de 13,75% a.a.

Outro determinante da taxa de juros, a inflação, encerrou 2022 em 5,79%. O índice foi melhor que os 10,06% de 2021, porém acima do teto da meta de 3,5%.

Para 2023, existe uma expectativa da queda de juros, mas que dependerá do arcabouço fiscal em execução, do controle da inflação e do possível encaminçamento de uma reforma tributária. Em relação ao mercado segurador brasileiro, este deve apresentar crescimento de 12,09% em 2022 e 10% em 2023, segundo a CNSEG. Para o segmento de Vida e Previdência, o crescimento em 2022 é projetado em 13,1%.

A participação da indústria de seguros no PIB deverá ficar em 6,4%. Em países desenvolvidos a participação ultrapassa os 10%, o que deixa claro o quanto o mercado segurador ainda pode crescer em termos de relevância econômica.

O setor de seguros tem um papel social importantíssimo na estabilidade e qualidade de vida das pessoas, e nos últimos anos tem sido impulsionado pelo avanço tecnológico, pela abertura de mercado através das *insurtechs* e na melhoria de sua comunicação com o público em geral.

Mercado de atuação

A Severo Participações S/A tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a controladora da Sabemi Seguradora S.A., especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de seguro de pessoas, previdência complementar e assistência financeira a seus segurados e participantes.

Desempenho consolidado

Pontualmente, em 2022, a Severo registrou prejuízo líquido de R\$ 1.275, resultante do acordo homologado em processo judicial de longa data.

As aplicações financeiras da Companhia totalizaram R\$ 23.587mil. Os ativos totais registraram um saldo de R\$ 142.934. A Companhia destinou 14.043 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício de 2022. Estes indicadores demonstram principalmente um histórico positivo e fortalecem a solidez econômica e financeira da Companhia.

Governança corporativa

A Severo Participações estimula sua controlada a investir na melhoria de seus controles internos e no aprimoramento de boas práticas de governança corporativa, com vistas a garantir um crescimento sustentável, focado na busca de excelência da gestão e fortalecimento do relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

Organização societária

Não houve no exercício de 2022 alterações societárias.

Política de distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos

A empresa tem como política provisionar juros sobre capital próprio e dividendos como forma de remuneração aos seus acionistas. Estatutariamente, após a constituição da reserva legal de 5% do Lucro, a Severo Participações destina 25% do Lucro Líquido Ajustado a seus acionistas e o saldo à Reserva de Lucros.

Controles internos

A estrutura de controles internos é sustentada por políticas que asseguram a disseminação da cultura e a efetividade do sistema de controles em todos os níveis de negócio, mantendo-o alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia.

A qualificação dos colaboradores, o uso de modernas tecnologias, a melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos, e o gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria. Constantemente, a Companhia vem implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, que visa à proteção das informações próprias e dos clientes, e envolve, aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Sociedade

Acreditamos que cada um de nós pode ter atitudes diárias capazes de mudar tudo. Acreditamos

que juntos podemos mudar o mundo. Para isso, a Sabemi conta com um programa de desenvolvimento sustentável. O Programa Somos convidada todos a (re)pensar hábitos diários e a transformar o mundo em lugar melhor. O Programa Somos trabalha em prol das causas que podem ressignificar quem somos. Para isso, o programa conta com três esferas que designam as ações realizadas:

SOMOS AMBIENTAIS

Promovemos ações, projetos e iniciativas capazes de criar uma rede de conscientização, além de práticas que impulsionem resultados positivos para o meio ambiente. Realizamos o gerenciamento dos aspectos ambientais, iniciativa de responsabilidade socioambiental que estimula a adoção de hábitos para transformar o mundo a partir de uma perspectiva ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês). A Empresa reforça práticas ambientalmente sustentáveis em suas instalações para a mitigar os efeitos negativos e, ao mesmo tempo, potencializar os impactos positivos de suas operações. Para isso, envolve colaboradores e seus familiares, assim como parceiros. Entre as iniciativas, está o uso racional de recursos como água e energia, associado às medidas de implementação dos princípios Lixo Zero.

SOMOS SOCIAIS

A partir do Comitê de Cidadania da Sabemi, realizamos diversas ações sociais que beneficiam instituições que desenvolvem um serviço humanitário para a sociedade. Somos Sociais atuou em 2022, apoiando com doações instituições escolhidas pelos colaboradores, através de envelopes na rede social interna. Foram doados mais de 500 itens em alimentos, mais de 250 peças de roupas, itens de higiene, calçados, roupas de cama, para 5 diferentes instituições ao longo do ano. Sabemi também reformou diversos computadores da empresa para doação em casas de acolhimento, para que os jovens e crianças pudessem seguir estudando durante o isolamento social. Foram 18 computadores doados para diversas instituições em Porto Alegre e grande Porto Alegre.

SOMOS ECONÔMICOS

Nossa esfera econômica é movida através da co-criação de todas as esferas do programa Somos. A partir das ações realizadas no meio Ambiental e Social, impulsionamos resultados que fazem a diferença.

Por intermédio da Sabemi Seguradora, o Grupo Sabemi também patrocinou no ano uma série de projetos nas áreas de cultura, saúde e esportes.

Recursos Humanos

No encerramento do ano, a Companhia contava com 196 colaboradores, dos quais 74,5% eram mulheres e 25,5% eram homens. A maioria atuava na Região Sul do país e tinha como grau de escolaridade o curso superior.

A Companhia conta com diversas iniciativas para a gestão e o desenvolvimento do seu capital humano e isso promove o reconhecimento de suas iniciativas pelos colaboradores e premiações externas.

Reconhecimentos 2022

GPTW - Great place to work

Melhores Empresas do Setor Financeiro para trabalhar no país – 2020, 2021 e 2022

6º Melhor Seguradora para trabalhar no país – 2020

2º Melhor Seguradora para trabalhar no país – 2021

Melhores Empresas para Trabalhar no RS – 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022

FIA - Fundação Instituto de Administração

20º Lugar Incrível para Trabalhar no país – UOL – 2020

13º Lugar Incrível para Trabalhar no país – UOL – 2021

Certificação de Qualidade no Ambiente de Trabalho 2020/2021/2022

Associação Brasileira de RH – ABRH

Top Ser Humano RS, 2015, 2016, 2018 e 2019, 2021 e 2022

Prêmio Ser Humano Nacional 2017

Atração e retenção de talentos

Para conferir mais eficiência e profissionalismo ao processo de atração de talentos, desde 2019 a Sabemi passou a adotar, a ferramenta de inteligência artificial InfoJobs/PandaPê, que mantém os candidatos informados sobre cada etapa superada de seleção, ampliando a transparência e agilidade no processo seletivo e dos retornos aos candidatos. Com a adoção da inteligência artificial, garantimos que 100% dos candidatos recebam retorno do processo seletivo.

Este formato nos permite avaliar os currículos dos candidatos minimizando alguns vieses de percepção dos recrutadores. Isso acontece tanto nos processos externos como nos internos.

Para fortalecer nossos processos seletivos For All, realizamos algumas ações:

- Conscientização das lideranças da importância de enxergarmos as competências e potenciais dos candidatos;
- Vagas anunciadas sem viés discriminatório;
- Buscamos descrever as exigências em termos mais gerais como: "proatividade e formação em curso superior";
- Currículos avaliados e disponibilizados aos gestores sem informações como idade e informações pessoais dos candidatos (Informações como idade, exigência de foto, estado civil, nome, quantidade de filhos.);

Consideramos candidatos pessoas com deficiência para todas as oportunidades. Outro ponto que a Inteligência Artificial fortalece a maximização do potencial humano é através da lógica que as pessoas identificadas com a cultura da empresa estarão mais dispostas a buscar uma vaga na organização; assim, desde o momento da descrição da vaga e em todas as etapas do processo, buscamos divulgar e conhecer os candidatos para ocorrer o "fit cultural". E claro, além de buscarmos candidatos externos, prezamos oportunizar a possibilidade de crescimento dos nossos colaboradores através dos nossos processos seletivos internos, tendo sido divulgadas 31 vagas internamente no ano de 2022.

Após a pandemia a Sabemi passou a realizar seu processo de integração de forma online e com todos os colaboradores de todas as regiões do país. O processo ocorre a cada 15 dias na empresa. Na semana anterior eles recebem um kit boas-vindas, 100% sustentável com itens 100% recicláveis, alinhado ao programa de sustentabilidade da Sabemi. Posteriormente, os novos colaboradores recebem desenvolvimento sobre os Produtos e Negócios da empresa, assim como informações da Diretoria de Planejamento Estratégico, que reforça a missão do Grupo, esclarece os valores que norteiam as ações e apresenta os trabalhos e objetivos estratégicos da empresa. Em seguida, é realizada a integração da Segurança da Informação, em que o colaborador terá conhecimento sobre as regras de utilização dos recursos tecnológicos da empresa.

O Código de conduta é reforçado e todos são orientados a realizar o curso online sobre a conduta esperada do colaborador na organização.

Além disso, todas as normas e regras da empresa são disponibilizadas para sua leitura por meio da plataforma Saber, ícone disponível em todas as áreas de trabalho dos computadores, que possui diversas informações acerca da empresa, permitindo, assim, a imersão na cultura organizacional.

Capacitação

Para manter a alta *performance* de suas equipes, alinhadas aos diferenciais foco e especialização, a Sabemi investe em programas e ações pontuais de aperfeiçoamento. Em 2022, foram ministrados 223 fóruns promovidos entre presenciais e *online*, que trataram de temas divididos em 3 grupos: institucional, negócio e comportamental, sendo alguns destes: inteligência emocional, criatividade, prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro, código de conduta, educação financeira, Arte de Influenciar Pessoas, Flexibilidade Cognitiva, entre outros.

Qualidade de vida

Para assegurar a integridade, assim como zelar pela saúde e segurança de seus colaboradores, a Sabemi mantém ativa a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPAA), mesmo sem obrigatoriedade legal.

Devido ao modelo híbrido a SIPAT de 2022 foi totalmente online e contou com 341 participações, em diversas palestras promovidas na semana do evento. Como em todos os anos foram realizadas palestra relacionadas a saúde e segurança dos colaboradores e em 2022 as temáticas estavam voltadas a alimentação saudável, cuidados com o corpo, DST's e AIDS, bem-estar e autocuidado e combate ao assédio.

Ainda como reforço à qualidade de vida e ao estímulo à busca de equilíbrio entre as vidas pessoal e profissional dos colaboradores, a companhia mantém, em sua sede administrativa, sala climatizada com sofás, *puffs*, computadores com acesso restrito à internet, máquina de café expresso, televisor, revistas e outras publicações disponíveis para leitura. Há ainda biblioteca colaborativa na sala de descanso, onde os profissionais podem retirar e doar livros, além de fazerem a própria gestão.

Diversidade

O Programa Plurais faz parte dos portfólios de programa internos da Sabemi, pois a empresa acredita que a pluralidade que tem na organização e no país, são a riqueza de seu potencial. O Programa que tem pilares diversos e atua na promoção e compartilhamento de consciência diversas, atitudes diversas e ações diversas. Os temas mapeados são: Gênero, Violência, Gerações, Culturas, Raças e LGBTQI+.

Perspectivas

O Conselho da empresa orienta estrategicamente os negócios e a governança da Companhia, de forma a maximizar os seus resultados e perpetuar a empresa. O ano de 2022 foi caracterizado por resultados consistentes que permitem vislumbrar a continuidade do crescimento da companhia. Em 2023, a Companhia planeja acelerar essa expansão com investimentos na fidelização dos clientes e na diversificação de produtos e canais de comercialização. E essas ações serão pautadas por inovação, responsabilidade socioambiental e gestão sustentável dos negócios.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores, consultores e clientes pelo indispensável apoio e a confiança.

A Diretoria

Porto Alegre,

Balanco patrimonial em 31 de dezembro				Em milhares de reais					
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante	129	169	96.523	103.060	Circulante	-	-	38.541	48.955
Disponível (Nota 5)	4	52	4.020	3.421	Contas a pagar	-	-	10.567	15.512
Caixa e bancos	4	52	4.020	3.421	Obrigações a pagar (Nota 14)	-	-	5.561	9.626
Equivalentes de caixa (Nota 5)	-	-	-	16.527	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15)	-	-	1.563	2.499
Aplicações (Nota 6)	-	-	23.587	30.698	Encargos trabalhistas	-	-	1.906	2.613
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	-	-	5.988	864	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	-	-	233
Prêmios a receber	-	-	4.965	728	Impostos e contribuições (Nota 17)	-	-	561	535
Operações com seguradoras	-	-	961	136	Outras obrigações	-	-	976	6
Operações com resseguradoras	-	-	62	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	3.623	3.458
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6.4.2)	-	-	4.690	4.799	Prêmios a restituir	-	-	-	-
Valores a receber	-	-	4.690	4.799	Operações com seguradoras	-	-	2.198	2.821
Ativos de resseguro e retrocessão	-	-	1	22	Operações com resseguradoras	-	-	93	88
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	125	117	47.725	37.155	Corretores de seguros e resseguros	-	-	982	339
Títulos e créditos a receber	-	-	30.998	16.573	Outros passivos operacionais	-	-	350	210
Créditos tributários e previdenciários	125	117	188	4.170	Débitos de operações com previdência complementar	-	-	2	26
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	-	-	15.470	15.503	Outros passivos operacionais	-	-	2	26
Outros créditos	-	-	1.069	909	Depósitos de terceiros (Nota 18)	-	-	36	170
Outros valores e bens	-	-	89	90	Provisões técnicas - seguros (Nota 19.1)	-	-	11.716	15.205
Outros valores	-	-	89	90	Pessoas	-	-	11.716	15.205
Despesas Antecipadas (Nota 7)	-	-	10.422	9.478	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19.1)	-	-	10.102	12.493
Custos de aquisição diferidos - seguros	-	-	1	6	Planos não bloqueados	-	-	10.102	12.493
Ativo não circulante	69.415	73.897	45.057	48.621	Outros débitos	-	-	2.495	2.091
Realizável a longo prazo	2.771	8.563	44.149	47.322	Passivos de arrendamento (Nota 20)	-	-	2.495	2.091
Aplicações (Nota 6)	-	-	-	-	Passivo não circulante	1.354	-	34.849	28.660
Títulos e créditos a receber	2.771	8.563	37.713	32.121	Contas a pagar	1.354	-	705	1.760
Títulos e créditos a receber (Nota 21)	777	8.503	11.915	8.503	Títulos e créditos a pagar (Nota 21)	1.354	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 10.1)	1.586	60	9.655	8.377	Outras contas a pagar	-	-	705	1.760
Depósitos judiciais (Nota 9)	-	-	6.051	5.093	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19.1)	-	-	142	201
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	-	-	10.092	10.148	Planos não bloqueados	-	-	142	201
Outros valores e bens (Nota 8)	408	-	5.229	8.064	Outros débitos	-	-	30.986	20.466
Despesas Antecipadas (Nota 7)	-	-	1.207	7.137	Provisões judiciais (Nota 22 (b))	-	-	30.986	20.466
Investimentos (Nota 11)	66.644	65.334	284	276	Débitos Diversos	-	-	3.016	6.233
Participações societárias (Nota 11.1)	66.644	65.334	252	244	Passivos de arrendamento (Nota 20)	-	-	3.016	6.233
Outros investimentos (Nota 11)	-	-	32	32	Patrimônio líquido (Nota 23)	68.190	74.066	68.190	74.066
Imobilizado (Nota 12)	-	-	561	918	Capital social	44.300	44.300	44.300	44.300
Bens móveis	-	-	561	918	Reservas de lucros	23.890	29.766	23.890	29.766
Outras imobilizações	-	-	-	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	69.544	74.066	141.580	151.681
Intangível (Nota 13)	-	-	63	105					
Outros intangíveis	-	-	63	105					
Total do ativo	69.544	74.066	141.580	151.681					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
Em 01 de janeiro de 2021	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total			
	44.300	3.366	Legal	Estatutária		28.377	76.043		
Ajustes decorrentes da reapresentação	-	-	-	1.668	-	1.668	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.121	1.121	-	-	-
Proposta de destinação do resultado:									
Reserva legal (Nota 23.2)	-	139	-	-	(139)	-	(248)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 23.2)	-	-	-	-	(248)	-	(4.520)	-	-
Dividendos complementares (Nota 23.2)	-	-	-	(3.784)	(736)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	44.300	3.505	-	26.261	-	-	74.066	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.275)	(1.275)	-	-	-
Compensação Prejuízo	-	-	-	(1.275)	1.275	-	-	-	-
Proposta de destinação do resultado:									
Reserva legal (Nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	(4.601)	-	-
Dividendos (Nota 23.2)	-	-	-	(4.601)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	44.300	3.505	-	20.385	-	-	68.190	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022					Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
1 Contexto operacional	Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.								
A Severo Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre-RS, foi constituída em 01/06/2017. A Companhia tem por objeto social a participação no capital social em outras sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	A Companhia é controladora da Sabemi Seguradora S.A. ("Sabemi", "Controlada" ou "Seguradora" e, conjuntamente com a Companhia "Consolidada" a qual tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda. A Controlada possui sede em Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.								
A Severo Participações S.A. é controladora da Sabemi Seguradora S.A. com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2022.	A controlada também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.								
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2023. No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008. Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o "run-off" de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas.	A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.								
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.								
2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras									

...Continuação

a) transações cessão/ transferência de ativos realizadas com retenção substancial de riscos e benefícios;
 b) transações de cessão/ transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios; e
 c) transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem transferência e sem retenção substancial de riscos e benefícios.
 A Sabemi ao longo dos anos, com base nas suas análises efetuadas a luz das orientações emanadas dos pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPCs 38 / CPC 48) concluiu que as cessões realizadas de ativos financeiros se enquadravam na categoria de transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios. O referido entendimento também se encontra amparado na análise e parecer contábil de especialistas renomados como o Professor e Doutor Eliseu Martins, incluindo seus auditores internos e externos, que levaram em consideração as circunstâncias das operações realizadas, e a não retenção significativa de cotas subordinadas pela Seguradora (entidade que reporta), assim como a ausência de controle e não consolidação dos referidos fundos (FIDCs) para os quais as transferências de ativos foram cedidas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a controlada não detinha nenhuma cota subordinada.
 Em 21 de maio de 2021, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CIFIP2/CGFIP/DIRA/SUSEP, o órgão regulador determinou efetuar o levantamento de todos os FIDC ativos em 31 de dezembro de 2020, reconhecendo os créditos de assistência financeira ao Ativo e os créditos devidos no Passivo, por entender que a controlada retinha substancialmente riscos e benefícios devido ao Regulamento dos FIDCs constava cláusula determinando a aquisição de Quotas Ordinárias Subordinadas por parte da Sabemi ou Partes relacionadas. Foi determinado também o levantamento de todas as receitas e despesas já reconhecidas relacionadas aos contratos de assistência financeira em aberto na data-base para estorná-las e registrá-las como Ativo e Passivo a serem diferidos durante o prazo remanescente dos recebimentos dos créditos.
 De acordo com a determinação da Susep, a Controlada realizou todos os ajustes para todas as operações de securitização realizadas com os FIDC's que denominamos de FIDC's Elegíveis, aqueles que cumpriam as duas condições, estar ativos em 31 de dezembro de 2020 e FIDC's cujas Quotas Subordinadas, naquela data, pertenciam à Seguradora ou Partes relacionadas. Os FIDC's Elegíveis são o Sabemi III, Sabemi V, Sabemi VI, Sabemi VIII, Sabemi IX e Sabemi X.
 O valor contabilizado como receita diferida em 2020 foi reconhecido no resultado do exercício de 2021 em decorrência da venda das quotas subordinadas, pelas partes relacionadas da Sabemi Seguradora, dos respectivos FIDCs.

	Saldos Contabilizados 31/12/2022	Ajustes Efetuados (2.779)	Saldos Publicados 31/12/2021
Feitos no Resultado	31/12/2022		31/12/2021
Resultado financeiro	41.479	(2.779)	38.700
(=) Resultado operacional	4.103	(2.779)	1.324
(=) Resultado antes dos impostos e participações	4.082	(2.779)	1.303
Imposto de renda	25	694	719
Contribuição social	41	417	458
Lucro líquido do exercício	4.148	(1.668)	2.480

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
 As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponível)
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros
Classificação
 O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
 Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante. Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.
 A controlada não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.
(b) Ativos financeiros disponíveis para venda
 Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.
(c) Empréstimos e recebíveis
 Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Controlada compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Reconhecimento e mensuração
 Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
 O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluindo o risco de crédito do emissor.
(ii) Compensação de instrumentos financeiros
 Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
 O Grupo avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.
 Os critérios que o Grupo adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
 - desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
 - dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, o Grupo mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
 Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.
 A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 60 dias. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 30 de junho de 2022.
 Mediante avaliações, o Grupo entende que provisão para perdas sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
 É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.
2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos
 Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 10.
 Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.

2.7 Depósitos judiciais
 O Grupo reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.
2.8 Investimentos
 Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.
2.9 Imobilizado
 Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.
2.10 Intangível
 Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de sistemas aplicativos.
 As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.

2.11 Contratos de arrendamento
 Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.
 O Grupo arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a controlada detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.
 Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.
 IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – A norma CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.
2.12 Contratos de seguros
 O Grupo classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, o Grupo define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos participantes.
2.13 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro (controlada)
Passivos de contratos de seguros
 As provisões técnicas calculadas pelo Atuário Responsável Técnico, visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, e são constituídas em consonância com os normativos em vigor, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cujos critérios são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas.
 As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros da Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:
Seguros de Pessoas e Previdência Complementar Aberta
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída com base na formulação de cálculo constante dos normativos SUSEP, tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): tem por objetivo dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Controlada.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): tem por objetivo dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica.
Provisão de IBNER: tem por objetivo ajustar o saldo da PSL, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): tem por objetivo dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. O modelo de estimação, tanto para seguros de pessoas quanto para planos de pecúlio, segue o desenvolvimento de triângulos de *Run-Off*, o qual permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistência.
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): tem por objetivo dar cobertura os valores destinados a devoluções de prêmios e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): tem por objetivo dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão de Excedentes Técnicos (PET): constituída exclusivamente em seguros de pessoas coletivo, tendo por objetivo dar cobertura aos valores destinados à distribuição de excedentes, decorrentes de superávits técnicos dos contratos de seguros que prevejam especificamente a cláusula de distribuição de excedente técnico.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações previstas na regulamentação em vigor.
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc): constituída exclusivamente para planos de previdência complementar, seguindo os parâmetros e bases técnicas previstas nas NTAs dos respectivos planos, cujo objetivo é proporcionar garantia aos benefícios de renda em vigor, assumidos junto aos seus beneficiários.
Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
 Conforme requerido pelo CPC 11 e previsto no normativo em vigor pela SUSEP, em cada data de balanço a Controlada elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para realização do teste, a Controlada elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP.
 Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Controlada elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate. Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2022 estão expostos na Nota 19.4.

2.14 Obrigações a pagar
 São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata").
2.15 Impostos e contribuições
(a) Imposto de renda e contribuição social
 As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 28 de abril de 2022, entrou em vigor a MP 1.115/2022 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 16% nas pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
(b) Demais obrigações
 Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre o os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.
2.16 Provisões contingentes e obrigações legais
 Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual. Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.
 As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.
2.17 Reconhecimento das receitas e despesas
 As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.
 Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
 As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.
 As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.
 As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.
2.18 Benefícios a empregados
 As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.
 O Grupo não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.
2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
 A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida

como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia e de sua Controlada. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.
 O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.
2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas
 As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:
Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:
 IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
 IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros - substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira.
 A norma prevê a aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme decisão de dezembro de 2020 do IASB – International Accounting Standards Board.
 O CPC submeteu à audiência pública, em 2019, o Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, correspondente à IFRS 17. O mesmo foi aprovado em Maio/21 e divulgado em Agosto/21. A norma IFRS 17 prevê a aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme decisão de dezembro de 2020 do IASB – International Accounting Standards Board, no entanto, o pronunciamento CPC 50 ainda aguarda aprovação pela SUSEP para o registro contábil pela Controlada.
 IFRS 23 (CPC 22) – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Renda – Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que existe incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.
 O Grupo pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.
 Tendo em vista que algumas normas citadas acima não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
 A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa essas estimativas e premissas periodicamente.
(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
 O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros do Grupo, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que o Grupo liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras. Vide política contábil divulgada na Nota 4.1 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos.
(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões passivas contingentes
 O Grupo é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração do Grupo para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica do Grupo em conjunto com profissionais especializados.
(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira
 A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.
4 Gerenciamento de riscos
 Os principais riscos decorrentes dos negócios do Grupo são o risco de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.
4.1 Gestão de risco de seguro (controlada)
 A Controlada atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.
 Nos seguros coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipuamente, prazos quinzenais.
 Recentemente, passou a operar também um seguro individual de Acidentes Pessoais-API, com contratos de vigência anual e em escala ainda reduzida.
 As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, cujos respectivos setores são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.
 O Grupo vem operando resseguro na modalidade "quota-parte" junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora local SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco A+, de acordo com avaliação da Standard&Poor's, cujo volume é imaterial frente a totalidade de sua carteira. Também possui operação ativa com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido junto ao ramo APC, onde cada parte é responsável direta por uma "quota-parte" determinada de 50% do valor do seguro, sem entrada de novos clientes desde início de 2020. Em outubro de 2022 a controlada iniciou operação de cosseguro aceito com a líder União Seguradora S/A, com quota parte de 50%. O Grupo define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.
 A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas (ramos coletivos) e Previdência complementar. A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

Sobre os produtos:
(a) Seguros de pessoas
Seguros de pessoas coletivos: a força de sua operação está fixada nos seguros de vida coletivos, que oferecem as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas nos ramos Acidentes Pessoais e Coletivos de Vida, além do Funeral.
Seguros de pessoas individuais: iniciou operação no ramo Acidente Pessoal Individual recentemente, com um volume de vendas ainda tímido
(b) Previdência complementar
Previdência complementar: vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados exclusivamente no regime de repartição simples (RS). Possui riscos residuais em vigor no plano de pensão, referentes a contratos mais antigos, cujos controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros.
Concentração de risco e análise de sensibilidade
Seguros de pessoas: este segmento respondeu por 78,5% dos prêmios auferidos em 2022, enquanto havia atingido 77,2% no mesmo período de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira contava com aproximadamente 497 mil vidas seguradas, destacando-se o ramo de Acidentes Pessoais Coletivos (0982) com 452 mil, além do ramo Vida com 1,26 mil e o Funeral com 44 mil vidas. Salienta-se que, em outubro de 2022, começou a operar com o ramo Acidente Pessoal Individual, contando com 9 segurados ao final deste exercício.
Previdência complementar: participou com 21,5% da arrecadação de 2022, quando obteve R\$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2021, este segmento havia atingido 22,8% da arrecadação, que também foi de R\$ 29,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, havia 83,6 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio e 85 no de Pensão.
 A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras.
 Em relação à receita de seus planos, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Pessoas Coletivo	107.847	100.197
Previdência	29.598	29.619

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	134.358	134.493
Total	134.358	134.493

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	0	0
Total	134.358	134.493

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	0	0
Total	134.358	134.493

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	0	0
Total	134.358	134.493

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	0	0
Total	134.358	134.493

	Prêmios auferidos 2022	Prêmios auferidos 2021
Distribuição por emissor do Risco	Prêmios Diretos	Prêmios Concentração de Risco
Demais Regiões do Brasil	0	0
Total	134.358	134.493

Continua...

...Continuação

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2022 pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados entre 2020 e 2022:

Grupos	2022	2021	2020
Pessoas Coletivo	3,4%	6,8%	5,2%
Plano de Pecúlio	25,9%	33,7%	20,6%

Para aplicar o teste de sensibilidade, observou-se o histórico de sinistralidade dos últimos períodos e considerando que os parâmetros atingidos em 2021 foram mais elevados que em períodos anteriores, vamos agravar em 20% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo e em 5% as de Pecúlio, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2022	2021
Agravamento de 20% nos sinistros de Pessoas Coletivo	(873)	(341)
Agravamento de 5% nos benefícios de Pecúlio	(113)	(650)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concorrente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade		Provisões técnicas em 31/12/2022	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/ R\$ 1.000
		2022	2021			
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	332	334	175	1	160	0
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.621	1.701	1.930	0	(229)	0
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	938	984	2.757	0	(1.773)	0
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PR	2.891	3.019	4.862	1	(1.842)	0
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(42.395)	(39.221)	0	0	(39.221)	0
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	10.066	11.477	0	0	11.477	0
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(1.451)	(576)	0	0	(576)	0
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	(33.780)	(28.320)	0	0	(28.320)	0

Não conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R\$ 128 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 5,46 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer proximamente complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras do Grupo; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pelo Grupo está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis. O stress determina cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de 7,34% e Stress PL diário de 0,20% com consumo limite de 19,82%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descausamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento do Grupo. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa do Grupo é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com o Grupo. A política de assistência financeira do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital (Controlada)

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Patrimônio Líquido	66.644	65.334
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(252)	(244)
(-) Despesas antecipadas	(11.629)	(16.615)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(3.743)	(3.007)
(-) Ativos intangíveis	(63)	(105)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	(15.719)	(20.003)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	1.880	3.029
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.182	1.546
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.062	4.575
PLA de nível 1	46.598	40.022
PLA de nível 2	3.062	4.575
PLA de nível 3	4.327	5.309
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	53.987	49.906
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	(803)
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	53.987	49.103
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base (i)	8.100	8.100
b) Capital de risco (CR)	28.844	30.043
(+) Capital adicional de risco de subscrição	22.134	21.053
(+) Capital adicional de risco de crédito	4.759	5.121
(+) Capital adicional de risco operacional	344	324
(+) Capital adicional de risco de mercado	8.754	12.132
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(7.147)	(8.587)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	28.844	30.043
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	28.844	30.043
Suficiência de PLA	25.143	19.060

5 Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	6	-	6
Depósitos bancários à vista	4	52	4.020	3.415
Equivalência de caixa (i)	-	-	-	16.527
	4	52	4.020	19.948

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. São fundos constituídos, na maioria, por títulos públicos.

6 Ativos financeiros**6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (Consolidado)**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento (a)	23.587	23.587	30.698	30.698
Total de títulos para negociação	23.587	23.587	30.698	30.698

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2022	2021
Cotas de fundos de investimento		
LFS PRE Eleg Nível II	2.297	15.359
Itaú Restec TP RF Aberto	8.455	15.339
XP Reserva Técnica FI RF	12.835	30.698
	23.587	30.698

A expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento: Ativo financeiro

	2022	2021
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	23.587	30.698
	23.587	30.698

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 648/21 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda (Consolidado)

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2022.

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras (Consolidado)**6.3.1 Estimativa de valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

(a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
(b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
(c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O Grupo possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2021 – 100%). A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2022	2021
Ativos mensurados a Valor Justo	23.587	30.698
Cotas de Fundos de Renda Fixa	23.587	30.698
	23.587	30.698

O Grupo não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	30.698	31.804
Aplicações	2.225	44.497
Resgates	(12.800)	(47.303)
Rendimentos	3.464	1.700
Saldo final	23.587	30.698
Total de aplicações	23.587	30.698
Circulante	23.587	30.698
Não circulante	-	-

6.4 Empréstimos e recebíveis**6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros (Consolidado)**

	2022	2021
Prêmios a receber	4.074	54
Prêmios diretos	891	674
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos	-	-
Operações com Seguradoras	382	136
Sinistros pagos	579	-
Co-seguro aceito	-	-
Operações com resseguradoras	62	-
Sinistros a recuperar	5.988	864

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
A vencer até 30 dias Total	4.074	54
Prêmios a receber direto	894	674
Prêmios de RVNE	-	-
Provisão para riscos sobre crédito (*)	-	-
Saldo	4.968	728

(*) A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito, conforme prevista na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

Movimentação dos prêmios a receber

	2022	2021
Saldo inicial	728	1
(+) Prêmios emitidos	163.386	166.051
(-) Prêmios cancelados	(26.723)	(28.312)
(-) Recebimentos	(132.643)	(137.687)
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	18.107	4.526
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(17.890)	(3.851)
Saldo final (i)	4.965	728

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar (Consolidado)

A partir do exercício de 2013, o Grupo passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.690 (2021 – R\$ 4.799), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não apresentava créditos a receber vencidos a mais de 60 dias, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

6.4.3 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	2022	2021
Contro- ladora		
Conso- lidado		
Contro- ladora		
Conso- lidado		
Circulante		
Títulos e créditos a receber	-	-
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 21) (i)	-	12.279
Créditos a receber – acordo operacional cosseguro Seguradora Zurich	-	1.953
Títulos de capitalização	-	305
Créditos a receber	-	2.036
	32.352	16.573
Créditos tributários e previdenciários	125	117
IRRF a recuperar	-	60
IRPJ a recuperar	-	2.446
CSLL a recuperar	-	1.547
Contribuições previdenciárias a recuperar	-	-
	125	188
	117	4.170
Assistência financeira a participantes	-	-
Assistência financeira a participantes (I)	-	-
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	-	-
	(27.081)	(31.472)
	15.470	15.503
Outros créditos	-	-
Adiantamento administrativo	-	238
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	-	671
	1.069	909
	125	49.079
	117	37.155
Total do circulante		
Não circulante		
Títulos e créditos a receber (Nota 21) (ii)	-	-
Créditos a receber - partes relacionadas	777	11.915
	777	11.915
	8.503	8.503
Assistência financeira a participantes	-	-
Assistência financeira a participantes (I)	-	-
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	-	-
	(1.278)	(1.473)
	(10.092)	(10.148)
	777	22.006
	8.503	18.651

(i) Os valores a receber referem-se a acordo operacional de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes.

(ii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida e outras avenças, entre a Controlada e a Sabemi Intermediadora de Negócios, relativa aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeira concedidas pela Sabemi Seguradora, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas. A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo.

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, clas-

sificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir

...Continuação

8 Outros valores e bens
Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2022	2021
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	9.395	10.158
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(4.166)	(2.094)
Total do ativo	5.229	8.064

9 Depósitos judiciais (consolidado)
A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2022	2021
Depósitos judiciais – sinistro	222	214
Depósitos judiciais – cíveis	5.666	4.801
Depósitos judiciais – fiscais	163	6
Depósitos judiciais – trabalhistas	6.051	5.307

10 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") (consolidado)

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos
Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até julho/22. Conforme a MP 1.115/22 a partir de julho/22 a taxa nominal passa a ser de 16%, finalizando a majoração da taxa em 31 de dezembro de 2022.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2022	2021
Provisão para contingências fiscais	1.586	1.586
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	1.586	1.586
Total de créditos tributários	1.586	1.586
Provisão para contingências cíveis	-	7.231
Provisão para contingências trabalhistas	-	653
Provisão para contingências Procon e Susep	-	326
Bens arrendados - Imóveis	-	106
Total de créditos tributários de diferenças temporais	-	8.316
Total	1.586	9.655

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporais

Ano	Contingências			Bens		Total
	fiscais	cíveis	trabalhistas	Procon / Susep	Arrendados / Imóveis	
2023	3	1.445	4	3	12	1.467
2024	1	1.371	4	3	22	1.401
2025	-	794	8	7	22	831
2026	-	938	12	10	22	982
2027	-	1.083	36	31	22	1.172
Em 2028 e após 2028	4	1.588	331	284	13	2.216
		7.219	395	338	113	8.069

Crédito tributário da Controladora de prejuízo fiscal e base negativa da Controladora (i): **1.586**

(i) Os créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da Controladora no montante de R\$ 1.586 serão compensados nos próximos 3 anos

Movimentação dos créditos tributários (Consolidado)
Segue demonstração da movimentação do imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.188	3.105	8.293
Creditado à demonstração do resultado	1.326	928	2.254
Debitado à demonstração do resultado (i)	(1.289)	(881)	(2.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.225	3.152	8.377
Creditado à demonstração do resultado	2.305	1.130	3.435
Debitado à demonstração do resultado	(1.332)	(825)	(2.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.198	3.457	9.655

10.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL (Controladora)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição (i)	(2.802)	(2.802)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % às alíquotas da legislação	25	9
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva Equivalência Patrimonial	430	155
Juros sobre o capital próprio recebido	-	(225)
Juros sobre o capital próprio pago	-	148
Despesas indedutíveis	(8)	(32)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.123	404
Corrente	-	-
Diferido	1.123	404

10.3 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL (Controlada)

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição (i)	2.266	2.266
Participação no resultado	(300)	(300)
Inovações Tecnológicas	(1.522)	(1.522)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % às alíquotas da legislação	25	16
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva Juros sobre o capital próprio	-	(225)
Despesas indedutíveis	(78)	(52)
Receitas não tributáveis	40	25
Incentivos fiscais (PAT e outros)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(149)	(99)
Corrente	-	(694)
Diferido	(149)	(99)

(i) O resultado do exercício foi ajustado de acordo com a determinação do Ofício nº 4/2021 da Susep (NE 2.1).

11 Investimentos
Os investimentos do Grupo são compostos por obras de arte no valor de R\$ 32 (2021 - R\$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R\$ 252 (2021 - R\$ 244).

11.1 Investimentos (controladora)
Os investimentos são compostos integralmente por participação societária de 100% na Sabemi Seguradora S.A.

	2022	2021
Saldo contábil, líquido em 01 de janeiro de 2021	-	70.628
Resultado Equivalência Patrimonial	-	1.591
Juros sobre capital próprio recebido	-	(900)
Dividendos	-	(5.985)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	-	65.334
Resultado Equivalência Patrimonial	-	1.718
Juros sobre capital próprio recebido	-	(408)
Dividendos (Nota 23.2)	-	(66.444)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	-	66.644

12 Imobilizado (consolidado)

	2022	2021
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.391	0
Aquisições	25	25
Baixas por venda	(44)	(44)
Baixas por obsolescência	(13)	(25)
Baixas da depreciação por venda	8	8
Baixas da depreciação por obsolescência	13	25
Depreciação	(462)	(462)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	918	918
Aquisições	8	8
Baixas por venda	(102)	(102)
Baixas por obsolescência	-	-
Baixas da depreciação por venda	55	55
Baixas da depreciação por obsolescência	-	-
Depreciação	(318)	(318)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	561	561

13 Intangível (consolidado)

	2022	2021
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	-	-
Aquisições	-	-
Amortização	(74)	(74)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	105	105
Amortização	(42)	(42)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	63	63

14 Obrigações a pagar (consolidado)
O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	944	1.949
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	596	706
Sabemi Tecnologia (Nota 19)	-	2.135
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	36	67
Outras obrigações a pagar (ii)	729	1.721
Antecipação de contratos cedidos (iii)	1.254	3.048
Acordos processuais	1.328	-
Seguro garantia	674	-
Total do circulante	5.561	9.626

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que o Grupo atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 19).

(ii) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que o Grupo atua como correspondente.

(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte.

15 Impostos e encargos sociais a recolher (Consolidado)
O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	435	515
Imposto sobre operações financeiras – IOF	238	654
Imposto sobre serviços retido na fonte – ISS	152	191
Instituto nacional de seguridade social – INSS	383	592
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	123	171
Outras retenções de terceiros	232	376
	1.563	2.499

16 Empréstimos e financiamentos
O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

	2022	2021
Circulante	-	-
Empréstimo bancário (i)	-	233
Total do circulante	-	233

(i) O Grupo contratou arrendamento financeiro e empréstimo relacionado à aquisição de equipamentos de informática e de comunicação.

Modalidade	Taxa	Prazo de amortização	Saldo		Circulante	Não circulante
			devedor	devedor		
Financiamento 0,99	36 meses	26/07/2022	191	191	-	-
Financiamento 0,99	24 meses	21/10/2022	42	42	-	-
			233	233	-	-

17 Impostos e contribuições
O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	2022	2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	482
Programa de integração social - PIS	-	79
IRPJ (i)	-	-
CSLL (i)	-	-
	561	535

18 Depósitos de terceiros (consolidado)
Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.

	2022	2021
Prêmios e emolumentos recebidos	-	-
Outros depósitos (*)	36	170
	36	170

Composição por idade de vencimento:

	2022
1 a 30 dias	1
31 a 60 dias	3
61 a 120 dias	6
121 a 180 dias	43
181 a 365 dias	102
Total	170

Prêmios e emolumentos recebidos

	2022	2021
Outros depósitos	16	3
19 Passivos de contratos de seguros (consolidado)	6	43

19 Provisões Técnicas - Movimentação
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2020 até 31 de dezembro de 2022:

(a) **Seguro de Pessoas Coletivo Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão**

	2022	2021
Seguro de pessoas coletivo	11.716	15.205
Provisão complementar	10.244	12.694
Retrocessão	-	32
	21.960	27.899
Circulante	21.818	27.698
Não circulante	142	201

19.1 Provisões Técnicas - Movimentação
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2020 até 31 de dezembro de 2022:

(a) **Seguro de Pessoas Coletivo Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão**

	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	221	6.221
Constituições	313	1.588
Reversões	(73)	(1.920)
Saldo em 31/12/2021	461	5.889
Constituições	5	1.586
Reversões	(291)	(2.817)
Saldo em 31/12/2022	175	4.658

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas Coletivo: variação das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão	(286)	240
PPNG*	(1.212)	(350)
PSL	(434)	(379)
IBNR	(2.480)	60
PDR	945	989
PVR	(3.467)	560

*PPNG + RVNE

(b) **Seguro de Pessoas Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro**

	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	221	6.221
Constituições	313	1.588
Reversões	(73)	(1.920)
Saldo em 31/12/2021	461	5.889
Constituições	5	1.584
Reversões	(291)	(2.796)
Saldo em 31/12/2022	175	4.658

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão	(286)	240
PPNG*	(1.212)	(350)
PSL	(434)	(379)
IBNR	(2.480)	60
PDR	945	989
PVR	(3.467)	560

*PPNG + RVNE

(c) **Previdência complementar**
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos dos contratos de seguro para o exercício de 2021 e o período encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Previdência complementar: movimentação das provisões

	2022	2021
Saldo 31/12/2020	4.448	204
Constituições	351	7
Correção monetária	-	26
Reversões	(42)	(76)
Saldo 31/12/2021	4.799	195
Constituições	-	4
Correção monetária	-	21
Reversões	(109)	(64)
Saldo 31/12/2022	4.690	156

*PPNG+RVNE

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras e depósitos no IRB, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

	2022	2021
Fundos de investimento	23.587	30.698
Ativos oferecidos em cobertura	23.58	

...Continuação

Seguro de Pessoas – Judiciais	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Provisão período anterior (*)	1.895	3.228	2.273	2.790
Pagamentos				
Um ano mais tarde	188	1.358	449	1.477
Dois anos mais tarde	1.477	1.734	1.867	-
Três anos mais tarde	1.790	3.064	-	-
Quatro anos mais tarde	2.661	-	-	-

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Plano de Pecúlio	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Provisão período anterior	4.655	4.050	5.339	6.025
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.345	915	2.495	1.868
Dois anos mais tarde	1.503	1.686	2.811	-
Três anos mais tarde	2.048	1.831	-	-
Quatro anos mais tarde	2.166	-	-	-

Plano de Pecúlio - Administrativos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Provisão período anterior	4.044	3.355	4.514	5.401
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.158	873	2.105	1.786
Dois anos mais tarde	1.274	1.259	2.308	-
Três anos mais tarde	1.442	1.291	-	-
Quatro anos mais tarde	1.457	-	-	-

Plano de Pecúlio - Judiciais	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Provisão período anterior	611	695	825	624
Pagamentos				
Um ano mais tarde	187	42	390	82
Dois anos mais tarde	229	427	503	-
Três anos mais tarde	606	540	-	-
Quatro anos mais tarde	2.709	-	-	-
Quatro anos mais tarde	2.233	-	-	-

19.4 Demonstrativo do Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test)
O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor com estas operações, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Seguradora agrupou os contratos de acordo com sua estrutura de planos, bases técnicas e respectivo provisionamento, em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: tábuas BR-EMS de Morte e de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina, com exceção dos ramos 0982 e 1381, para os quais adotou-se as respectivas taxas de sinistralidade.

Taxa de juros e índice de preços: utilizada a taxa de juros livre de risco disponibilizada pela SUSEP ao mercado, aplicada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos. Para os contratos relacionados aos planos de seguros e de pecúlio, foi utilizado o cupom IGPM/FGV, com exceção do grupo relativo aos pecúlios cod.22 e 24, onde adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Para os demais planos de previdência (pensão e aposentadoria) adotou-se a Taxa Referencial – TR, com exceção do grupo relativo ao plano de aposentadoria cod. 7, para o qual adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Por fim, especificamente para todos os fluxos de Despesas Administrativas dos grupos citados anteriormente, foi aplicado o cupom IPCA/IBGE.

Taxa de juros contratada: a tábua de mortalidade dos planos comercializados utiliza 6% de juros a.a.

Despesas Administrativas: adotou-se o percentual médio de 65,85% sobre os fluxos de prêmios.

Despesas comerciais: adotou-se os percentuais médios indicados a seguir:

Ramo	Corretagem	Pró-labore
0929	17,71%	0,00%
0982	22,27%	0,33%
0993	2,88%	0,00%

Taxa de persistência: adotou-se índice de cancelamento de 19% ao ano para os fluxos relacionados aos planos de pecúlio.

Resultados Obtidos do TAP nos fluxos de 31/12/2022: abaixo apenas as tabelas que tiveram movimentação de valores:

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA		VALOR PRESENTE DO CAD DIRETAMENTE DO FLUXO DE CAIXA		PCC-PPNG
	RELACIONADO À PPNG	RELACIONADO À PPNG	RELACIONADO À PPNG	RELACIONADO À PPNG	
Seguro Pessoas	174	332	158	158	
Previdência	4.690	2.561	(2.129)	(2.129)	
TOTAL	4.864	2.893			

[TABELA IV.A] PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)	
	SAÍDAS	ENTRADAS
Seguro Pessoas	(42.395)	(42.395)
Previdência	8.695	8.695
Total	(33.700)	(33.700)

[TABELA V] PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE DE FINANC. NA CONCES.	PMBC CONSTIT.	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELAC. À PMBC	
						PMBC	PCC-PMBC
Renda	Morte	CSO58	Renda Vitalícia	-	67	67	-
Renda	Sobrevivência	AT49	Renda Vitalícia	-	89	96	7
Total					156	163	7

RESULTADO DO TAP

PCC-PMBC efetivamente constituída	7	7
(*) MAIS VALIA PCC-PMBC		
PCC TOTAL efetivamente constituída	7	7

Os resultados finais do TAP indicam a necessidade de constituir-se provisão complementar para os Grupos de Aposentadoria e Pensão em fase de concessão, relativos à PMBC (Prêmios Registrados), motivada principalmente pela diferença entre a tábua biométrica utilizada para constituição da PMBC (AT-49 M e CSO-58 M, respectivamente) e a tábua utilizada para apuração do TAP (BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021). O valor apurado de R\$ 32 mil já se encontra constituído na PCC-PMBC de 31/12/2022, sendo contabilizado no plano de aposentadoria cod. 3.

A seguir, também se demonstra os resultados do TAP para as demais provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR e PVR), de onde conclui-se que não houve necessidade de provisionamento suplementar em 31/12/2022.

Grupos	Provisões Técnicas em 31/12/2022*	VP Fluxos de Caixa	Resultados
PSL, IBNR, PDR	12.165	11.565	(600)
PVR	4.766	4.294	(472)
Totais	16.931	15.859	(1.072)

* Exceto PPNG, PMBAC, PMBC e PCC.

20 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

Passivo circulante	2022	2021
	Outros débitos	
Passivos de arrendamento	2.988	2.799
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(493)	(708)
Total circulante	2.495	2.091
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento	3.179	7.061
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(163)	(828)
Total não circulante	3.016	6.233
Total do passivo	5.511	8.324

21 Partes relacionadas (Controladora)

A Severo Participações S.A. possui um saldo de títulos e créditos a receber da empresa Sabemi Participações S.A oriundos da transferência de valores entre as Companhias no montante de R\$ 777 (2021 – R\$ 8.503). A Companhia não tem participação direta na Sabemi Participações S.A. Sua relação se dá através dos acionistas pessoa física. De outra parte a Controladora, através de instrumento particular firmado com a controlada, assumiu parte das despesas de processos antigos e assim restou com saldo devedor para com a controladora no valor de R\$ 1.354.

21.1 Partes relacionadas (Controlada)

	2022					
	Sabemi Previdência Privada	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnologia Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Participações
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)	1.988	-	-	-	-	1.988
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	17.825	-	-	17.825
Títulos e créditos a receber (v)	-	-	17.548	3.135	-	1.354 22.037
Passivo						
Outras obrigações a pagar	-	-	(4)	-	(408)	(412)
Outras obrigações a pagar (i)	(25)	-	-	-	-	(25)
Outras obrigações a pagar (ii)	(7)	-	-	-	-	(7)
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(264)	-	-	-	-	(264)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(22.661)	(16.150)	-	-	(38.811)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	-	(2.732)	(2.732)

	2021					
	Sabemi Previdência Privada	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnologia Ltda.	Pessoas Físicas	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)	4.487	-	-	-	-	4.487
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	8.096	-	-	8.096
Passivo						
Outras obrigações a pagar	-	-	(26)	-	-	(26)
Outras obrigações a pagar (i)	(2)	-	-	-	-	(2)
Outras obrigações a pagar (ii)	(23)	(11)	-	-	-	(34)
Prestação de serviços	-	-	-	(2.135)	-	(2.135)
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(263)	(55)	-	-	-	(318)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	-	(32.200)	(22.200)	-	(54.400)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	-	(3.403)	(3.403)

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.
(ii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices
(iii) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais
(iv) Pró-labore pago aos administradores no exercício de 2022 foi de R\$ 2.732 (2021 - R\$ 3.403)
(v) Refere-se à assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira e outras avenças (Nota 6.4.3)

22 Provisões judiciais (Controlada)

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sinistros/benefícios

Probabilidade de perda	2022		2021	
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor do risco
Remota	61.080	0	2.980	0
Possível	0	0	0	0
Provável	137.998	9.298	7.262	9.298
Total	199.078	9.298	10.242	9.298

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas.

Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas.

Em 31 de dezembro de 2022, do montante total provisionado R\$ 9.298, R\$ 8.383 referem-se às provisões individuais e R\$ 915 referem-se às provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2021, do montante total provisionado R\$ 12.373, R\$ 10.057 referem-se às provisões individuais e R\$ 2.316 referem-se às provisões globais.

Movimentações das provisões:

	2022	2021
Saldo do início do período	12.373	11.574
Total pago no período	(3.107)	(2.022)
Novas constituições no período (i)	2.033	2.446
Baixa da provisão por êxito	(3.011)	(1.591)
Alteração da provisão por revisão de estimativas (ii)	278	315
Atualização monetária	732	1.651
Saldo final do período	9.298	12.373
Quantidade de ações pagas no período	838	1.241
Quantidade de ações novas no período	2.784	4.335

(i) Redução de novas constituições é atribuída a redução da carteira de seguros e adoção de novas políticas comerciais

(ii) A variação no movimento de alteração da provisão por revisão de estimativa é em razão da nova metodologia de cálculo para provisionamento considerando o histórico das decisões judiciais.

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios**(i) Processos civis e trabalhistas**

Probabilidade de perda	2022		2021	
	Valor do risco	Número de casos	Valor do risco	Número de casos
Remota	6.572	3.553	8.650	2.903
Possível	7.655	227	8.188	238
Provável	30.976	10.679	20.466	10.234
Total	45.203	14.459	37.284	13.375

Das 14.459 (2021 – 13.375) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 14.345 (2021 – 13.267) dizem respeito a causas civis e 114 (2021 - 108) trabalhistas.

O acréscimo nas provisões com processos civis, deve-se a mudança na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de origemação. Nesse contexto foi assinado Termo de assunção de dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como Interventor garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6.4.3)

(ii) Processos fiscais e previdenciários - Composição por natureza

A Seguradora possui provisão para processos relativos a débitos de tributos estaduais e municipais no montante de R\$ 10 (2021 - 0), totalizando R\$ 10 (2021 - 0). Em desfavor da Seguradora, existem dois Autos de Infração da Receita Federal relativamente IRPJ, CSLL e COFINS, além de duas ações de execução fiscal, cuja probabilidade de perda dos procedimentos em questão, foi considerada remota, conforme opinião do consultor jurídico externo da Seguradora. O valor de causa considerado para dezembro de 2022 foi de R\$ 154.332 (2021 - R\$ 149.908).

Também existem em desfavor da Seguradora outros 15 procedimentos desdobrados em judiciais e administrativos, para os quais os escritórios responsáveis pela condução das demandas atribuíram probabilidade de perda possível. O valor de causa considerado para dezembro de 2022 foi de R\$ 1.072 (2021 – 6.578).

Portanto, considerando a opinião dos consultores jurídicos externos da Seguradora constante nos pareceres, não foi registrada qualquer provisão em face de eventuais contingências, visto que os procedimentos em questão não possuem risco provável.

Movimentações das provisões:

	2022			2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo do início do período	1.639	18.827	6	2.473	18.149	18.149
Ações pagas no período	(7)	(847)	(13.682)	(6)	(811)	(16.730)
Novas constituições no período	7	890	12.696	6	818	16.026
Baixa da provisão por êxito	-	(142)	(3.530)	-	(7)	(4.528)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	10	(543)	15.668	(6)	(533)	5.910
Saldo final do período	10	997	29.979	-	1.940	18.827
Quantidade de ações pagas no período	1	45	1.284	1	22	1.887
Quantidade de ações novas no período	1	40	1.335	1	24	1.843

23 Patrimônio líquido**23.1 Capital social e reservas**

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 44.300 (2021 – R\$ 44.300), representado por 22.150 ações ordinárias com direito a voto e 22.150 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas.

(a) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social.

(b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

(c) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

23.2 Dividendos e juros sobre capital próprio (controladora)

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. Os montantes abaixo refletem os dividendos mínimos obrigatórios dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do

...Continuação

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Severo Participações S.A. e da Severo Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de outubro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023: Contratação de empresa especializada para execução de pintura no prédio da Escola de Educação Profissional Senac Cachoeira do Sul.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/11/2023 às 10 horas.
DATA DA SESSÃO DE DISPUTA: 07/11/2023 às 10hs e 30min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos sem motorista, locação mensal e diária de veículos com e sem motorista, todos com quilometragem livre, mediante necessidades do Sesc/RS e Senac-RS, pelo período de 12 (doze) meses.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/11/2023 às 10 horas.
DATA DA SESSÃO DE DISPUTA: 07/11/2023 às 10hs e 30min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2023: Registro de Preços para eventuais aquisições, com entrega de Materiais para os Cursos da Beleza Pessoal, para uso nas Escolas de Educação Profissional do Senac-RS, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual ou menor período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/11/2023 às 10 horas.
DATA DA SESSÃO DE DISPUTA: 08/11/2023 às 10hs e 30min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2023: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de sistema eletrônico de segurança de alarme e circuito de televisão fechado (CFTV), com fornecimento de equipamentos e software, em regime de comodato, para a Escola de Educação Profissional Senac Centro Histórico.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/11/2023 às 10 horas.
DATA DA SESSÃO DE DISPUTA: 08/11/2023 às 10hs e 30min.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Informações: cpl@senacrs.com.br

Editais disponíveis em <https://transparencia.senac.br/#/rs/licitacoes>, a partir das 17 horas.

**CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI**(51) 3213-9139****CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR**